

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NOS MODELOS DE ALOCAÇÃO  
INTRAFAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA ECONÔMICA PARA O  
DEBATE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Caroline Silva Costa Santos

Matrícula: 112197377

ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Maria Silvia Possas

AGOSTO 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NOS MODELOS DE ALOCAÇÃO  
INTRAFAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA ECONÔMICA PARA O  
DEBATE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

---

Caroline Silva Costa Santos

Matrícula: 112197377

ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Maria Silvia Possas

AGOSTO 2018

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a).*

Para Gisele Santos,

Sobrevivente da violência de gênero cuja tragédia  
pessoal me motivou a pesquisar sobre o tema.

## AGRADECIMENTOS

Com o encerramento de um ciclo tão importante como a conclusão de um curso de graduação, percebemos o quanto há para agradecer. Carrego um imenso sentimento de gratidão no meu coração por todos aqueles que estiveram comigo nesta jornada.

Sou imensamente grata a minha família, que teve um papel essencial na minha formação enquanto pessoa e profissional. Meu pai, Gilson, me ensinou o valor de persistir mesmo diante das mais perversas adversidades. Minha mãe, Jane, me ensinou o valor de desistir, reconhecendo que, como qualquer ser humano, tenho limites e que por mais determinada que eu esteja, algumas coisas simplesmente não estão sob meu controle. Ainda preciso de um longo processo para desenvolver a sabedoria necessária para reconhecer os momentos, cada um a seu tempo. Minha irmã, Beatriz, me fez rir e sentir raiva, como é próprio dos irmãos.

Se não podemos escolher os laços familiares, embora eu tenha sido profundamente privilegiada, quanto a algumas relações nos é facultada a escolha. Assim, sou grata por ter escolhido e continuar escolhendo ter Marcos, meu marido, em minha vida todos os dias. Pela sua amizade e seu amor puro, sei que sempre haverá um céu azul.

Tive a sorte de encontrar as pessoas mais queridas nessa vida, as quais tenho a alegria de chamar de amigos. Muito obrigada a cada um de vocês. (Sob o risco de citar alguns e negligenciar outros, decidi não citar ninguém. Mas se eu te enviei esse agradecimento, saiba que sou muito grata pela sua amizade!)

Não posso deixar de agradecer também ao médico e amigo Dr. Luiz Carlos Balbi que, dentre tanto a ressaltar, enxergou o ser humano antes da doença. Obrigada por tantos anos de cuidado e carinho.

Registro também a minha gratidão a Profa. Silvia Possas, minha orientadora, não só pelos inestimáveis conselhos acadêmicos como pelas incontáveis vezes que me acolheu com preocupação de mãe. Agradeço também aos demais professores e funcionários do Instituto de Economia, especialmente à Anna Lucia que tão gentilmente resolveu tantas questões, sempre com enorme competência.

A todos os que contribuíram, muito obrigada!

The countless instances of suffering, immorality, evils of all sorts that come from the subjection of individual women to individual men are far too terrible to be overlooked. Thoughtless or dishonest people who attend only to cases that are extreme or that receive publicity may say that these evils are 'exceptional'; but no-one can be blind to their existence or (often) to their intensity. And it is perfectly obvious that the abuse of the power can't be lessened very much while the power remains. This power is given or offered not to good men or to decently respectable men, but to all men, including the most brutal and the most criminal.

John Stuart Mill, *The Subjection of Women*, 1869

## RESUMO

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: A VIOLÊNCIA DE PARCEIRO ÍNTIMO CONTRA A MULHER: CARACTERÍSTICAS, PARTICULARIDADES E CONSEQUÊNCIAS .....	10
CAPÍTULO 2: MODELOS ECONÔMICOS SOBRE AS INTERAÇÕES FAMILIARES....	15
2.1. MODELOS MICROECONÔMICOS INICIAIS SOBRE A ALOCAÇÃO INTRAFAMILIAR.....	16
2.2.  MODELOS DE BARGANHA NÃO-COOPERATIVOS PARA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER .....	18
CAPITULO 3: CONCLUSÕES E ESTUDOS FUTUROS .....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	29



## INTRODUÇÃO

A violência de gênero é um fenômeno que atinge indistintamente meninas e mulheres das mais diversas culturas, grupos étnicos, idades, classes sociais e escolaridades. Dada a heterogeneidade no perfil das vítimas, torna-se um enorme desafio dar um tratamento adequado ao tema, seja através de pesquisas ou pelo desenvolvimento de políticas, tendo em vista que os efeitos de uma determinada política podem ser igualmente diversificados. Assim sendo, inúmeros campos do conhecimento humano buscaram estudar o tema, muitas vezes dando abordagem multidisciplinar, de forma a trazer luz ao fenômeno e indicar boas práticas para o combate da violência contra a mulher.

No que concerne à economia, embora muitos trabalhos tenham sido desenvolvidos sobre as questões de gênero, observamos uma concentração em temas como diferença salarial entre sexos e participação no mercado de trabalho. A violência contra a mulher, no entanto, aparenta não ter recebido a mesma atenção das ciências econômicas, ainda que este fenômeno afete profundamente uma série de variáveis de interesse desde questões como a produtividade (Kahui et al., 2014) até gasto público, políticas de transferência de renda (Bobonis, 2011; Hidrobo & Fernald, 2013; Hidrobo et al., 2016), dentre outras. A preocupação em desenvolver estudos sobre o tema é bastante recente na ciência econômica, se comparada com outras áreas de conhecimento dentre as ciências sociais, o que reflete em um escopo ainda bastante limitado.

Embora a violência de gênero contra a mulher seja um fenômeno bastante antigo, ela não era tão abordada nos primórdios do movimento feminista. Foi na chamada segunda onda feminista, com chegada ao Brasil na década de setenta, que esta questão começou a tomar mais vulto no interior da luta das mulheres. Ainda havia divergências quanto à sua importância dentro dos movimentos de mulheres, com alguns grupos de esquerda querendo minimizar essa questão para não dividir o movimento anticapitalista. O MR8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), por exemplo, afirmava que criar uma organização para enfrentar a violência contra as mulheres, como o SOS seria “transforma[r] a violência na família em caso de polícia e faz[er] o jogo da ditadura, porque culpa o operário que chega em casa cansado e bate na mulher” (apud BLAY, 2017, p.83). Para esse grupo, não havia “violência contra a mulher, mas sim contra o homem e a mulher da classe operária”. Apesar dessa divisão, as mulheres conseguiram fazer avançar essa pauta e em agosto de 1985 foi criada a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, em São Paulo. No plano mundial foi só em 1993 que foi aprovada a classificação da violência

contra a mulher como uma violação dos direitos humanos, através da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (Organização das Nações Unidas, 1993). Com isso, fortaleceu-se a defesa de que o problema deve sair da esfera privada para ser entendido tal como ele é: um problema extenso, complexo, profundamente arraigado e concernente a toda a sociedade.

A violência de gênero assume uma série de idiossincrasias quando é resultado de um envolvimento romântico com o parceiro que vem a se tornar o agressor, sendo sintomático do tratamento que as mulheres recebem do sexo oposto mesmo quando, não estão sujeitas a uma hierarquia ou relações consanguíneas. De maneira que trazer luz a esse fenômeno perpassa pela busca por respostas a uma série de questionamentos, em que duas perguntas se sobressaem neste propósito: (i) Por que as mulheres se envolvem em relacionamentos abusivos? e (ii) Por que as mulheres permanecem/não saem de relacionamentos abusivos?

Como veremos, responder a essas perguntas no âmbito do pensamento do *homo economicus* estritamente racional, otimizador e maximizador de utilidade, tal como a teoria econômica tradicional prevê, falha desastrosamente. Será no arcabouço de teorias econômicas mais recentes, a exemplo da economia comportamental, que buscaram incorporar conhecimentos de outras ciências, tal como a psicologia, que encontraremos hipóteses mais condizentes com o que se observa na realidade.

Isto posto, o presente estudo tem como objetivo central o de investigar, ainda que não exaustivamente, se a literatura econômica existente dispõe de um arcabouço teórico que possa contribuir para a compreensão da violência de parceiro íntimo contra a mulher enquanto fenômeno e se fornece instrumentos que permitam balizar a construção de políticas de enfrentamento.

A estrutura do trabalho se apresenta na forma descrita a seguir. No primeiro capítulo deste trabalho, faremos um estudo sobre o fenômeno da violência de parceiro íntimo: suas particularidades e suas origens, fornecendo conceitos que darão suporte às discussões dos capítulos seguintes. Já no segundo capítulo, trataremos dos estudos da economia que abordaram a violência diretamente ou como subproduto da alocação intrafamiliar de recursos. Por fim, no terceiro capítulo, teremos as conclusões e possibilidades para futuros trabalhos.

## CAPÍTULO 1: A VIOLÊNCIA DE PARCEIRO ÍNTIMO CONTRA A MULHER: CARACTERÍSTICAS, PARTICULARIDADES E CONSEQUÊNCIAS

Por muito tempo predominou o tabu de que a violência doméstica deveria ser tratada como um assunto privado (Heise et al., 1994; García-Moreno et al., 2014; Kabeer, 2014), dizendo respeito somente aos membros da família. Esse entendimento, que ainda vigora, é extremamente prejudicial porque, mantidos os casos de violência contra a mulher às escuras, incorre-se em uma série de equívocos, dentre os quais o de crer que são apenas casos isolados. Diversos trabalhos, como veremos no capítulo a seguir, apontam para este problema. Mill (1869) já apontava que a violência contra a mulher apresenta essa característica de aparentar que não ocorre por ser mantida no íntimo do convívio familiar. Outra consequência de se manter os casos de violência doméstica no âmbito privado é a de termos não só poucas coletas de dados sobre o tema, como um atraso no engajamento das ciências no estudo do fenômeno. Tauchen et al. (1991) começam o trabalho contradizendo o senso comum de que relacionamentos violentos são raros demais para serem objeto de estudo.

Estudar a violência doméstica, dando enfoque à agressão de um parceiro íntimo, homem, contra sua parceira é especialmente importante porque estima-se que  $\frac{3}{4}$  das ocorrências de violências contra as mulheres são perpetradas pelos parceiros íntimos (Aizer, 2010). Além disso, estima-se também que 40% dos assassinatos de mulheres no mundo sejam perpetrados por parceiros íntimos enquanto, ao avaliarmos o contrário, a violência de parceiras explica somente 6% dos homicídios de homens no mundo (Garcia & Silva, 2016). Ambas informações evidenciam o quanto a questão de violência entre parceiros carrega um importante viés de gênero, demonstrando a subjugação das mulheres pelos homens.

Para o nosso estudo, a caracterização do agressor é determinante para o estudo dessa forma de violência. A violência de parceiro íntimo é aquela na qual a mulher vítima tem ou teve um relacionamento íntimo com o homem que se torna seu agressor – seja ele ex ou atual namorado, noivo, marido, etc. –, independentemente se essa relação é formalizada ou não nos termos da lei (isto é, não restringiremos o estudo apenas aos casais legalmente casados). Essa diferenciação quanto ao tipo de agressor é essencial para isolar um pouco mais as variáveis que influem nas formas de violência de gênero. De maneira que, não sendo necessário um contexto de hierarquia e/ou consanguinidade, fica mais nítido que a ocorrência de violência

frequentemente está associada a um comportamento do homem de extravasamento das próprias frustrações, insensível a saúde física e mental da mulher.

Assim, a violência de parceiro íntimo contra a mulher será caracterizada como qualquer ação – incluindo a ameaça do ato – ou omissão ou aceitação do risco, que tem a intenção de causar ou que efetivamente cause “lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006), privação econômica (Austrália, 1991), privação arbitrária da liberdade (Organização das Nações Unidas, 1993; Heise et al., 1994) e/ou feminicídio (Brasil, 2015) partindo de um homem contra a mulher com a qual se tem envolvimento íntimo ou romântico independente das motivações, das finalidades, do status do relacionamento, do lócus no qual ocorra, havendo coabitação dos parceiros ou não.

Quanto à finalidade da violência, classifica-se a violência como expressiva ou instrumental. Chamamos violência expressiva aquela com fim em si mesmo, na qual o agressor deriva satisfação da agressão, seja por extravasamento das frustrações, seja por prazer no sofrimento alheio. Chamamos violência instrumental aquela em que a violência não é um fim em si mesma, sendo somente um instrumento para atingir determinado objetivo, como obter controle sobre o comportamento da parceira ou sobre os recursos domésticos. Hidrobo & Fernald (2013) mencionam mais classificações para além das formas já mencionadas, apresentando uma terceira forma que é combinação das duas anteriores, isto é, expressiva e instrumental simultaneamente, e uma quarta, a violência extrativa usada como ferramenta para extrair recursos.

Uma particularidade é o caráter cíclico da ocorrência das violências. Existe a chamada “escalada de violência” na qual os conflitos se intensificam. Esses conflitos redundam em discussões com xingamentos, agressões verbais; que podem evoluir para explosões de violência com arremessos/danos de objetos, ameaças. A conclusão da chamada escalada de violência redundando nas agressões que podem afetar a integridade física e/ou sexual da vítima, ou ainda resultar em feminicídio ou suicídio. Quando a vítima sobrevive, o ciclo de violência avança para uma nova etapa. A chamada fase da “Lua de Mel” é marcada por promessas do agressor de ter um novo comportamento, tentativas de reconciliação e, importante observar, culpabilização da vítima ainda que de forma sutil. Disso decorre outra particularidade: a tendência ao agravamento das violências com o tempo (e a cada novo ciclo de violência).

Há uma tendência, tanto das próprias vítimas quanto da sociedade como um todo, em identificar mais facilmente as formas de violência mais graves e a negligenciar as formas mais

brandas. Isso é bastante prejudicial especialmente no caso de violência doméstica porque, conforme supracitado, existe uma tendência do agravamento das formas de violência com o tempo. Uma ação eficiente no início das agressões poderia evitar muito sofrimento para as mulheres vítimas.

Conforme aponta o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher (CPMIVCM, 2013):

O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante.

O observado nos casos de violência contra a mulher é que o feminicídio não costuma ser uma forma de violência prevalente já na primeira ocorrência de violência. Existe, na verdade, todo um histórico prévio de agressões que foram se intensificando e redundaram no assassinato da mulher. Desta forma, entendemos que muitas mortes poderiam ser prevenidas se o ciclo de violência fosse interrompido já nas formas mais brandas.

Desde as formas de violência mais sutis é possível observar um efeito devastador sobre a saúde mental da mulher, fragilizando-a cada vez mais e incapacitando-a para procurar ajuda. Essa incapacidade para tentar superar as violências sofridas é conhecida como Síndrome do Desamparo Aprendido. O Desamparo Aprendido é um conceito derivado da psicologia experimental. No caso aqui abordado sobre violência de gênero, a mulher vítima de sucessivas agressões sente-se tão incapaz de vencer a situação de violência que, ainda que ela tenha possibilidades concretas de superar aquela condição, ela fica imobilizada. Foram tecidas críticas a esse conceito, sendo Bowlus & Seitz (2006) um exemplo, porque creem que o termo “desamparo” implica em uma certa acomodação da mulher, o que não é correto para todos os casos já que muitas mulheres buscam inúmeras maneiras de escapar da situação de abuso.

No trabalho de Gelles (1976) encontramos algumas explicações bastante significativas para entendermos essas características da violência de parceiro íntimo e porquê alguns fatores são determinantes para a permanência das mulheres em relações abusivas. A gravidade e a

frequência dos abusos, os recursos e poder da mulher, as agressões perpetradas pelos pais durante a infância dessa mulher tendem a ser determinantes para a permanência na relação.

Em Pollak (2004), encontramos evidências da existência de um ciclo intergeracional de violência. Segundo o autor, filhos que presenciam violência doméstica tendem a repetir o comportamento quando adultos: homens tendem a ser violentos com suas parceiras, mulheres tendem a se relacionar com parceiros violentos. O divórcio, cujo pedido precisa partir da mulher, é testado como solução para impedir a reprodução da situação de violência, assumindo assim um efeito protetor total e, depois essa hipótese é relaxada, para um efeito protetor parcial sobre os filhos.

No entanto, somente a explicação de modelo intergeracional não é suficiente para explicar a ocorrência de violência contra as mulheres. Se meninas e meninos estão submetidos ao mesmo nível de violência, porque homens se tornam agressores de mulheres se tornam vítimas? Dentro dessa construção, as mulheres deveriam se tornar tão violentas quanto os homens e, no entanto, não é isso que ocorre. As razões pelas quais essa disparidade ocorre tem sua origem na formação dos papéis de gênero incumbidos ao masculino e feminino.

A construção identitária é um aspecto fundamental para o entendimento das relações entre homens e mulheres. No trabalho de Akerlof & Kranton (2000), a percepção de si mesmo – ou seja, a identidade – é incorporada na função de utilidade de modo que influencia os resultados quando a noção de identidade é ratificada ou sofre enfraquecimento. Embora esse não seja um estudo específico sobre a questão de gênero, traz vários recortes sobre como a diferenciação entre os gêneros influencia uma série de aspectos da vida humana que afetam variáveis de estudo da economia, bem como a própria construção da economia como ciência, como os autores destacam a respeito do papel da identidade sobre as preferências e comportamento do agentes.

Para Akerlof & Kranton (2000), a identidade moldada por exclusão, isto é, o reconhecimento de si mesmo através da oposição às características do outro, é essencial para entender a violência do homem contra a mulher porque a reafirmação diante da perda de identidade por meio da violência corrobora com o que se supõe sobre a construção do masculino: agressivo, competitivo, violento. Já o feminino, por oposição, deve ser passivo, cooperativo, obediente, submisso. Como afirma Saffioti (1976), “em todas as outras esferas, quer de trabalho, quer de vida ociosa, a mulher sempre foi considerada menor e incapaz, necessitando da tutela de um homem, marido ou não.”

Ainda segundo Akerlof & Kranton (2000), em um dado mercado em que existe o preceito de que o trabalho deve ser realizado por homens, a presença de uma mulher no ambiente, realizando as mesmas funções, resulta em uma perda da identidade dos homens, que respondem hostilizando suas companheiras e o resultado final é uma perda de produtividade geral (Akerlof, 2000). Podemos extrapolar essa construção para o caso de violência contra a mulher. Quando o homem sente o seu papel masculino ameaçado, a resposta geralmente vem em forma de hostilidade à mulher como tentativa de reforçar sua identidade masculina, em que a agressividade é uma das características marcantes.

Encontramos ainda que a questão do trabalho doméstico e a divisão do trabalho da forma que é feita, sobrecarregando as mulheres, encontra grande apoio nessa construção identitária embora, segundo Melo & Serrano (1997), não encontremos explicação para tal na teoria econômica: “Sobre isso a teoria econômica per si tem pouco ou nada a dizer e as análises econômicas tampouco avançam além das ideias e preconceitos pessoais de seus autores.”

## CAPÍTULO 2: MODELOS ECONÔMICOS SOBRE AS INTERAÇÕES FAMILIARES

Desde os primeiros teóricos da economia houve uma tendência a colocar a esfera econômica acima das demais esferas da vida social de modo que, como a família não é objeto de trocas da sociedade mercantil, seu papel foi negligenciado pela ciência econômica (Pollak, 1985; Melo & Serrano, 1997). Uma das raras exceções foi John Stuart Mill que fez uma crítica sobre a posição subalterna feminina (Melo & Serrano, 1997).

Em *A Sujeição das Mulheres* (1869), Mill aponta como deixar as mulheres em posição de inferioridade, além de problemático *per se*, é um problema para o progresso das sociedades. O autor aponta que metade das habilidades dos seres humanos é perdida com a permanência das mulheres em posição de subalternidade e desperta a reflexão para imaginarmos o benefício que se obteria ao duplicarmos o montante de habilidades individuais disponíveis, oferecendo às mulheres a mesma gama de oportunidades, recompensas e incentivo. Discorre ainda sobre uma possível crítica de que as mulheres, em parte, já exercem influência positiva com suas habilidades na sociedade por meio do trabalho doméstico, ao que o autor responde que esta esfera ainda é muito restrita e que há que se considerar também o ganho de capacidades dos homens ao serem submetidos à comparação com o desempenho das mulheres exercendo seu pleno potencial.

Além das questões de liberalização da condição feminina, de modo a permitir a igualdade de direitos, incluindo o acesso a cidadania, ao conhecimento e à ampla gama de ocupações na sociedade, Mill (1869) faz ainda uma extensa defesa, ainda sob o ponto de vista de talentos individuais, por mulheres em posição de liderança desde os negócios aos assuntos governamentais não apenas para atingir o bem maior, mas porque, enquanto seres humanos é facultado a elas o direito de buscar o próprio benefício.

Além disso, esse trabalho é especialmente interessante em apresentar alguns pontos que autores posteriores negligenciaram, como veremos a seguir. Mill aponta a questão da subserviência e violência a que as mulheres casadas estão expostas. Embora o trabalho seja de 1869, época em que vigorava na Inglaterra uma lei de casamento extremamente desfavorável às mulheres, o autor argumenta que existe uma negligência ou mesmo desonestidade de quem restringe as violências do casamento aos casos mais extremos e que recebem mais exposição,



quando é óbvio que a questão dos males a que uma mulher é exposta em um casamento com um homem abusivo é muito mais frequente e disseminada.

A seguir, verificaremos os principais trabalhos da teoria econômica que se ocuparam de discorrer sobre as relações intrafamiliares – da qual extraímos conceitos e evidências para o estudo da violência doméstica contra a mulher, assim como estudos que modelam quais variáveis afetam positiva ou negativamente a incidência de violência.

## 2.1. MODELOS MICROECONÔMICOS INICIAIS SOBRE A ALOCAÇÃO INTRAFAMILIAR

Os primeiros estudos do *mainstream* econômico tenderam a obedecer a uma constituição de família como sendo cooperativa, altruísta e eficiente na alocação de recursos de acordo com as preferências familiares. O modelo econômico de decisões domésticas formulado por Samuelson (1956) é baseado na existência de um consenso sobre o emprego da renda familiar no consumo dessa família. Embora os integrantes tenham suas próprias preferências, a existência do altruísmo no ambiente familiar torna as escolhas parcialmente interdependentes e, desta forma, o consumo familiar é realizado levando em consideração o valor ético sobre o nível de consumo de cada um. Assim, a família age como se (“*as if*”) maximizasse sua função de bem-estar conjunta ou, escrito de outra forma, uma mão invisível levaria à maximização da função de utilidade conjunta.

Essa formulação é bastante conveniente porque, ao considerar uma curva de indiferença construída como resultado das curvas individuais, a curva resultante poderia conter características indesejáveis decorrentes da violação de propriedades como a monotonicidade, a transitividade e reflexividade. Já na forma como o autor apresenta, a função de bem-estar social – ou, como alguns autores apontam, o modelo unitário – é bem comportada.

Se Samuelson (1956) rejeitava a hipótese de um único membro responsável pelo processo decisório (expressado pelo uso infeliz do termo “vestir as calças”), Becker (1981) partirá exatamente desse pressuposto, o de que existe um integrante da família que concentra a tomada de todas as decisões familiares. Gary Becker foi o precursor da aplicação do conhecimento de microeconomia ao estudo uma série de aspectos da vida social com os quais os modelos econômicos anteriores não se preocupavam, tais como a decisão sobre o casamento,

o divórcio, a divisão do trabalho ou sobre ter filhos. Se o autor foi pioneiro na tentativa de explicar essas questões do arranjo familiar por meio dessa metodologia, não foi muito original, porém, na sua conclusão sobre do papel destinado à mulher nesse contexto.

Becker (1981) afirma que houve uma especialização biológica no cuidado dos filhos pela mulher, enquanto os homens teriam se especializado nas atividades de mercado. Dessa forma, não deveria mais de um membro da família trabalhar fora de casa porque, já que existem essas vantagens comparativas, a alocação mais eficiente seria de ocupar a mulher em trabalhos de cuidado.

Assumir que a mulher tem uma vantagem comparativa no trabalho doméstico por aptidão biológica, é negar o papel de gênero estabelecido na sociedade. Quase como avaliar o indivíduo destituído do seu contexto social. Mesmo Becker (1985) corrige seu posicionamento anterior (1981), embora continue reafirmando a vantagem comparativa das mulheres nos trabalhos doméstico, o autor incorpora a crítica da exploração das mulheres:

Alguns se opuseram à suposição de que as diferenças intrínsecas na vantagem comparativa são uma causa importante da divisão sexual do trabalho e argumentaram, em vez disso, que a divisão sexual se deve principalmente à "exploração" das mulheres. No entanto, uma divisão sexual do trabalho de acordo com a vantagem intrínseca não nega a exploração.

A construção de Melo & Serrano (1997) permite uma crítica bem mais estruturada:

Na realidade, embora trate de questões pertinentes ao papel feminino, a análise de Becker não significa a incorporação da temática da desigualdade nem traz qualquer contribuição ao melhor entendimento de por que esta situação existe.

Esta crítica é aprofundada apontando “algumas sérias dificuldades teóricas” dos modelos de Becker. Uma das críticas reside na noção de otimização, i.e., na ideia de agente econômico otimizador, sendo este individualista e utilitarista. Assim, os autores expandem a crítica:

Além disso, somente na mente de um economista neoclássico — e homem — pode passar a noção de que o comportamento de agentes "econômicos", como por exemplo as mães, pode ser analisado a partir da ideia de otimização com base

em seu individualismo e utilitarismo, quando é pouco provável que exista relação mais altruísta e não utilitarista do que ter filhos; não porque as mães sejam seres particularmente benevolentes, mas sim porque o comportamento egoísta nesta atividade é absolutamente inviável por motivos estritamente biológicos — i.e. a sobrevivência das crianças.

Em Alderman et al (1995), encontramos outra crítica muito pertinente. Ao tomar a família como uma unidade em termos de utilidade há muito prejuízo ao estudo econômico:

Essa abordagem é atraente porque nos permite analisar o impacto de mudanças na política e outras variáveis relevantes sobre o comportamento individual com relativa facilidade e pode tratar de diversos problemas. Às vezes é chamado de modelo de preferências comuns, o modelo de altruísmo ou o modelo de ditador benevolente. Nós o chamamos de modelo unitário porque este rótulo descreve como se supõe que o domicílio age (como um). Outros rótulos tendem a refletir os meios pelos quais se supõe que o agregado familiar age como um. As preferências comuns são apenas uma das maneiras pelas quais a família pode agir como uma; a violência ou a ameaça de violência é outra. O altruísmo também tem sido usado para explicar por que as famílias podem se comportar como um indivíduo, mas é o altruísmo sob condições muito restritivas.

## 2.2. MODELOS DE BARGANHA NÃO-COOPERATIVOS PARA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Os modelos econômicos anteriores tenderam a considerar a família como unidade, cujas decisões são tomadas ou em consenso ou por um planejador central inerentemente altruísta e perfeito conhecedor das preferências individuais, de modo que só se avalia a utilidade total resultante e desconsidera a utilidade individual dos parceiros.

Modelos de barganha, no entanto, se propõem a analisar os efeitos de diversas variáveis sobre o poder de barganha e da distribuição do bem-estar entre os indivíduos no interior da unidade familiar. As variáveis mais analisadas são aquelas que afetam a distribuição do bem estar familiares, prioritariamente os fatores mais específicos como a presença de filhos, divisão do trabalho, emprego (ou equivalentemente, do desemprego) dos pares, gestão e controle dos

recursos, etc., sobre a incidência de violência e a decisão sobre manter o casamento ou divorciar-se.

Desta maneira, compararemos estudos bastante diversos mas que abordaram o mesmo assunto desde a década de 1990. Tanto Tauchen et al. (1991) quanto Farmer & Tiefenthaler (1997) utilizam dados em painel – longitudinais –, embora o primeiro faça uma abordagem econométrica, enquanto o segundo trabalha essencialmente com a teoria dos jogos. Já Bowlus & Seitz (2006) utiliza uma grande pesquisa canadense sobre violência doméstica e, portanto, dada a amostra mais ampla, pretendem contestar alguns pontos dos trabalhos da década de 90. Aizer (2010) realiza um estudo com mercados de trabalho que tendem a ser mais intensivos na mão de obra masculina ou feminina para avaliar o efeito do gap salarial sobre a violência. Eswaran & Malhotra (2011) pretendem expandir a análise da violência doméstica do caso indiano para a realidade de demais países em desenvolvimento a partir de um ponto de vista evolucionário. Também apoiado sobre a realidade indiana, Bloch & Rao (2002) apresentam uma aplicação para uma realidade diversa dos trabalhos anteriores, especificando o tema para a Índia rural que mantém o costume do pagamento de dotes. Card & Dahl (2011) introduzem o conceito de gatilhos emocionais exercendo efeito sobre a violência contra as parceiras observando o efeito dos resultados dos jogos da NFL sobre os índices de violência. Por fim, observaremos o trabalho de Hidrobo & Fernald (2013) que fazem um apanhado de estudos anteriores para apontar os efeitos das transferências de renda sobre a violência doméstica. Apoiados nesses estudos pretendemos analisar a relação entre a ocorrência de violência do parceiro íntimo contra a mulher e os fatores supracitados sob a luz das teorias estudadas no capítulo anterior.

Os trabalhos de Tauchen et al. (1991) e de Farmer & Tiefenthaler (1997) apontam a importância de estudar o modelo familiar fora do modelo altruístico e cooperativo. Seria por meio desta ótica que se permitiria o entendimento do extremo custo que a violência impõe tanto para as vítimas quanto para a sociedade. Embora não neguem a existência de amor e comportamentos altruístas, reconhecem que, ao contrários do que o *mainstream* econômico previa, a existência de violência familiar não é uma rara exceção como se imaginava, mas um problema bastante disseminado.

Alderman et al. (1995) pondera: “Em comum com o modelo unitário, a abordagem cooperativa começa observando que os indivíduos formam um lar quando é mais benéfico para eles do que permanecer sozinhos”. Desta forma, atendendo às premissas neoclássicas e

mantendo a linha beckeriana, mesmo as abordagens não cooperativas tanto de Tauchen et al. (1991) quanto Farmer & Tiefenthaler (1997) consideram que o casamento permanece até o ponto onde a utilidade de continuar casado é pelo menos igual à utilidade obtida, se sozinhos.

Em paralelo, construído sobre o modelo de teoria dos jogos, Farmer & Tiefenthaler (1997) buscam determinar a solução de equilíbrio que maximiza a utilidade dado o comportamento e o *threat point* do outro parceiro. O ponto de ameaça da mulher determinará o nível de violência que ela tolerará para um nível dado de transferências do homem. Conforme a renda feminina aumenta, a utilidade marginal decorrente de uma unidade adicional de consumo diminui de maneira que a possibilidade masculina de “comprar” a aceitação de violência também diminui.

Ainda em relação ao arcabouço teórico fornecido por estudos precedentes de Becker, Farmer & Tiefenthaler (1997) consideram que os filhos são uma espécie de investimento comum do casal. Assim, a existência de filhos frutos da relação diminui a chance de separação do casal. Embora haja um investimento em comum interessante para os indivíduos continuarem na relação, isso não significa necessariamente que haja uma redução da violência. Se o investimento comum aumenta ou reduz a violência dependerá do valor que cada parceiro atribui a esse investimento, bem como o efeito sobre a sua utilidade.

Ainda em relação ao capital marital, para Tauchen et al. (1991), filhos, especialmente quando mais novos, aumentam as responsabilidades de cuidado femininas e diminuem o nível da utilidade de reserva, isto é, o nível de utilidade mínimo ao qual a mulher está disposta a permanecer no relacionamento se torna mais baixo, o que a levaria a tolerar um nível superior de violência. Entretanto, o achado é que mulheres com filhos pequenos sofrem menos violência. Assim, a conclusão desse estudo é que, baseado na hipótese de filhos pequenos, a redução do nível da utilidade de reserva não provocaria aumento da violência. Outra conclusão é a de que a idade dos filhos pode ser uma proxy do tempo de relacionamento porque, conforme o observado, a existência de crianças mais velhas ou mais de um filho coexiste com um aumento dos divórcios.

Os resultados de Farmer & Tiefenthaler (1997) para a questão da prole são um pouco diversos se comparados ao anterior. Chegou-se à conclusão de que as mulheres temem os efeitos negativos que testemunhar violência doméstica pode exercer sobre os filhos pequenos ou temem pela segurança deles. Se os filhos forem maiores de seis anos, as mães veem mais benefícios em permanecer no casamento e, segundo as autoras, isso poderia ser explicado pelo aumento

das necessidades financeiras, maior envolvimento das crianças com os pais ou talvez porque a mãe ache que são menores as chances de que eles sejam atingidos.

Farmer & Tiefenthaler (1997) creem que a presença de aparato de proteção para as mulheres já é capaz de reduzir a violência, sendo condizente com o achado de Tauchen et al. (1991). No entanto, entendem que, quando o homem desconhece o ponto de ameaça feminino, as mulheres fazem uso de serviços como abrigos, linhas de apoio, intervenção policial ou sistema judicial para sinalizar aos parceiros de que não tolerarão níveis superiores de violência. Desta forma, as autoras creem que deve ser por esse motivo que as mulheres utilizam esses serviços para depois retornar a casa e desistir das queixas poucos dias depois.

Grande parte das críticas em relação aos trabalhos de Tauchen et al. (1991) e Farmer & Tiefenthaler (1997) reside na questão das amostras utilizadas pelos estudos. São amostras relativamente pequenas e tendem a apresentar viés, já que são compostas por mulheres que sofreram abusos e que buscaram algum serviço de apoio. A amostra coletada dessa forma pode dar um panorama incorreto sobre a prevalência da violência doméstica porque desconsidera casos em que as mulheres deixaram seus parceiros por observarem neles comportamentos violentos (Bowlus & Seitz, 2006) assim como ignora que os casos não-reportados apresentam um caráter não aleatório (Aizer, 2010).

Bowlus & Seitz (2006) trarão uma abordagem mais consistente porque utilizam uma pesquisa cuja amostra é bastante maior para questionar as razões pelas quais as mulheres permanecem em relacionamentos abusivos e por quais motivos os homens são violentos com suas parceiras. Apesar de o trabalho mostrar inicialmente um avanço em relação aos anteriores por considerar os conceitos advindos da sociologia e psicologia como ciclo de violência e desamparo aprendido – ambos discutidos no capítulo anterior –, o modelo proposto nesse estudo também incorre no erro de simplificar o fenômeno demasiadamente para permitir uma adequação aos dados.

Os dados da pesquisa canadense, tais como os trabalhos anteriores, ignoram grande parte das formas de violência que afetam a saúde mental da vítima. Assim, o estudo de Bowlus & Seitz, baseado na pesquisa VAWS, chega à conclusão de que o Desamparo Aprendido não seria um conceito adequado para explicar a violência doméstica porque as vítimas se divorciam dos parceiros violentos, o que contraria a noção de incapacidade de escapar dos abusos. Entretanto, deve-se ponderar que a violência psicológica tem um aspecto muito mais mitigador do que a

violência física, inclusive do ponto de vista de reconhecer a ocorrência da violência quanto do aspecto de rejeição da sociedade.

Os autores, no entanto, chegam a conclusões bastante interessantes. Uma das conclusões é que o emprego só tem um papel protetor contra a violência se a mulher está empregada antes da ocorrência do primeiro incidente de violência. Se a mulher se emprega posteriormente, a prevenção de episódios de violência não se verifica. Foi encontrado também que a mulher que sofre violência apresenta taxas menores de emprego e de escolaridade se comparadas às mulheres que não sofrem abusos domésticos, no entanto, isso se deve, segundo os autores, à condição antes do casamento, uma vez que uma mulher menos instruída estaria mais vulnerável a relacionar-se com um parceiro violento. Além disso, observou-se que existe um efeito promissor em fazer políticas para ressocializar os homens com histórico familiar de violência e auxiliar mulheres que já sofreram violência a se divorciar. Para as autoras, a medida mais eficaz para prevenir agressões futuras para mulheres que já sofreram violência do parceiro é auxiliar as mulheres a escaparem do lar violento, já que o emprego não tem efeito sensível após a primeira agressão.

Já no trabalho de Aizer (2010), o principal achado é de que o gap salarial entre homens e mulheres apresenta correlação positiva com a ocorrência de violência doméstica, de modo que a redução do hiato salarial responde por uma redução de 9% da violência doméstica ao longo de pouco mais de uma década. Segundo a autora, trabalhos anteriores falham ao não observar a endogeneidade presente pelo viés de variável omitida, bem como falhas na amostragem por descontinuidade temporal além da subnotificação que apresenta um caráter não-aleatório, devido à obtenção dos dados por meio de autorrelatos de violência.

Aizer (2010) concorda com Tauchen et al. (1991) de que a hipótese de tempo de exposição não é válida; para a primeira porque a redução dos índices de violência ocorreriam justamente fora do horário de trabalho enquanto para os autores do segundo trabalho, o tempo fora de casa gasto com educação não apresenta redução, de modo que, se o tempo de exposição fosse relevante, tanto o tempo que os parceiros passam distantes em virtude do trabalho ou dos estudos causariam uma redução nos índices de violência, o que não é verificado.

A teoria de *Male Backlash* – que consiste na reação violenta do homem que se sente ameaçado em virtude da melhora da condição da sua companheira, por exemplo, por meio de empoderamento econômico – é contestada por Aizer (2010) baseando-se, novamente, em uma racionalidade concebida em termos muito estritos, de modo que, ao considerar somente

violências mais extremas, a reação feminina a essa violência mais grave seria, para a autora, de encerrar o relacionamento. No entanto, há que se considerar dois aspectos: o primeiro deles é que existe o papel da sociedade de regular o comportamento da mulher de tal forma que restringe seu poder de reação; o segundo aspecto é que as violências acontecem em ciclos e aumentam gradualmente, de forma que a mulher se ajusta a esses aumentos de violência gradativamente e a percepção da violência é menor. Portanto, não parece correto descartar a hipótese do *male backlash* porque esta explica uma série de casos de violência. Além disso, conforme visto anteriormente em Akerlof & Kranton (2000), a relação entre identidade e utilidade masculina provenientes da violência se aproximam muito da teoria de *male backlash*. A autora também ressalta os efeitos da redução do hiato salarial e da distribuição de recursos não só para a redução da violência como dos seus custos, mas também sobre o efeito intergeracional e sobre a melhora nos resultados das crianças.

Muitas teorias econômicas flertam com questões de natureza biológica com inspiração em alguns tópicos da teoria darwinista para a explicação de uma série de aspectos da vida social, como é a construção do modelo de Eswaran & Malhotra (2011), baseada na teoria evolucionária. Os autores discordaram do que foi visto em alguns trabalhos já discutidos de que exista necessariamente uma relação entre a utilidade de reserva da mulher e a extensão do abuso doméstico que ela enfrenta. Para eles, um aumento da violência intrafamiliar pode ser uma resposta racional do homem à crescente autonomia feminina. Os autores entendem ainda que a teoria evolucionista explicaria o aumento da violência doméstica no caso da mulher que trabalhe fora de casa porque, para seus companheiros, existe a possibilidade de que a mulher tenha relações sexuais com outros homens, inculcando a incerteza da paternidade como preocupação causadora de ciúmes e da resposta violenta do parceiro.

Ainda segundo esse estudo, a violência é um veículo de obtenção de vantagens em situações de barganha. Nos países em desenvolvimento cujo aparato legal é incipiente ou mesmo que tenham uma legislação interessante para casos de violência doméstica, se a violência contra a mulher é culturalmente aceitável, as leis não são devidamente aplicadas. Já na situação de um país desenvolvido, nos quais se poderia imaginar que a relutância em punir esse tipo de violência seja menor, a violência doméstica tenderia a ficar impune em virtude do abandono da acusação pelas vítimas.

A insistência em teorizar a violência doméstica como reflexo biológico, ancestral e primitivo de garantir a paternidade da prole é desprezar todo o papel do contexto político, social



e, inclusive, econômico do ser humano. Na verdade, quase uma transferência de responsabilidade dos comportamentos masculinos ao instinto evolutivo.

Embora também trate da Índia como o estudo anterior, o trabalho de Bloch & Rao (2002) diverge um pouco dos estudos anteriores no que diz respeito ao aspecto cultural determinante para a ocorrência de violência. Apresentam uma construção econométrica para analisar a ocorrência de violência relacionada ao dote em regiões rurais da Índia. Para os autores, a violência é instrumental e sua intenção é bastante clara: é através da violência contra a esposa que eles demonstram insatisfação com o casamento para a família da noiva, de modo que a família ofereça compensações financeiras e cesse as agressões contra a esposa. Segundo esse estudo, a chance de sofrer violência doméstica nesse contexto particular são superiores para as mulheres que advém de famílias mais ricas.

Além disso, frequentemente, a utilidade total da família está relacionada a uma grande desutilidade imposta a mulher. Em Sen (1992), encontramos inclusive um argumento baseado nas observações de Sen sobre o mesmo país considerado tanto em Bloch & Rao (2002) quanto Eswaran & Malhotra (2011), embora se aplique perfeitamente às sociedades ocidentais hodiernas:

As relações familiares tradicionais exigiam sacrifícios assimétricos por parte de alguns membros, em especial das mulheres. A sobrevivência dessas tradições foi muitas vezes facilitada pela aceitação de uma espécie particular de "ética" na qual grandes desigualdades em termos de padrão de vida podem não parecer inaceitáveis e, por vezes, podem não ser conscientemente reconhecidas e submetidas a avaliação e aceitação. A questão da percepção é central no entendimento do viés de gênero em sociedades tradicionais.

Devemos incorporar também a crítica contida em Alderman et al. (1995), sobre a posição dos entes mais vulneráveis nessas relações de barganha:

A sugestão de que as mulheres e as crianças abandonam "voluntariamente" o lazer, a educação e a comida seria um pouco mais persuasiva se estivessem em posição de exigir sua parte justa. É a justaposição da falta de poder econômico das mulheres com a alocação desigual de recursos domésticos que empresta à abordagem de poder de barganha [modelo coletivo] muito de seu apelo persuasivo.

Essencialmente, os problemas observados nos trabalhos até aqui apontados que tentaram explicar o comportamento intrafamiliar reside nas premissas adotadas. Embora saibamos que a irrealidade das premissas seja parte da construção dos modelos, não existe sequer evidência que homens e mulheres se comportem da maneira como Friedman descreve. Homens e mulheres nem mesmo agem “como se” (“*as if*”) calculassem todas as variáveis expostas pelos autores dos modelos de barganha.

Um artigo é particularmente interessante para a nossa análise porque demonstra que não é necessário se abster da aplicação das teorias econômicas e econometria na construções de modelos para produzir resultados condizentes com a realidade observada sobre a violência contra a mulher. O trabalho de Card & Dahl (2011) buscou construir um modelo relacionando a resposta masculina a estímulos emocionais com a variação no número de ocorrências de violência contra as parceiras.

Como um fator responsável para o descontrole emocional dos homens, o estudo comparou as expectativas dos homens para os resultados dos jogos da NFL com o resultado efetivo. Para isso, considerou três situações: (i) o torcedor prevê corretamente o resultado, tanto de derrota quanto de vitória do seu time; (ii) o torcedor espera por uma derrota, porém seu time vence; (iii) o torcedor espera por uma vitória com boa margem sobre o adversário, porém seu time perde. Desta forma, o primeiro caso apresentaria um efeito neutro sobre o comportamento masculino, no segundo e no terceiro caso o torcedor erra suas previsões, porém no segundo é surpreendido com uma boa notícia e no último, com uma má notícia.

As conclusões encontradas através de modelagem econométrica apontam que o desvio do resultado atingido em relação ao valor esperado pelo torcedor é pequeno, não se observa diferenças significativas nos patamares de violência. Quanto às vitórias inesperadas, i.e., quando o torcedor espera uma derrota e o time vence, poderíamos imaginar que haveria um decréscimo na ocorrência de violência, entretanto, não foi observada variação significativa.

Os achados mais interessante deste estudo são demonstrados pelo efeito sobre a violência intrafamiliar em derrotas inesperadas, i.e., quando o torcedor esperava que o time tivesse uma vitória com facilidade e, no entanto, perde. Não foi observada variação significativa da violência do homem contra demais familiares (por exemplo, filhas(os), irmãs(ãos) ou pais/mães) nessas derrotas inesperadas. Já em relação ao torcedor contra a parceira (namoradas, noivas, esposas) foi observado aumento em todas as formas de violência entre parceiros íntimos, com aumento aproximado de 10% nos casos de violência na situação de derrota inesperada.

Esse aumento ocorre em horários próximos ao fim dos jogos, corroborando a hipótese de causalidade entre as variáveis explicativa e dependente. Também fica demonstrado que o efeito marginal de um estímulo positivo é menor que o efeito marginal de um estímulo negativo, indicando que a aversão à derrota é maior que o afinidade à vitória.

Com a construção teórica de um modelo que generalize esses resultados diante das variáveis apresentadas, o estudo formula um modelo alternativo incorporando a resposta a estímulos emocionais tanto aos modelos de barganha quanto a modelos sociológicos de violência doméstica. Os autores entendem que a inclusão dessa variável funciona em ambos os modelos, no entanto, apresenta uma crítica aos modelos de barganha.

Segundo os autores, modelos de barganha tais como o de Tauchen et al. (1991), Farmer & Tiefenthaler (1997), Bloch & Rao (2002), Bowlus & Seitz (2006), Aizer (2010) apresentam algumas fragilidades como, por exemplo: (i) dado o apreço masculino pela violência, a mulher seria compensada pelas agressões do marido agressor através de transferências de renda do agressor para a vítima; (ii) a escolha ótima do nível de violência é aquela que iguala a disposição do marido em pagar pela violência ao custo marginal da violência para a parceira.

A aceitação dessas condições só é admitida em estudos econômicos, porque na extensa literatura sobre violência doméstica em demais áreas do conhecimento essas premissas estão descoladas da realidade dado que o custo outorgado à mulher vítima da violência é muito superior ao possível efeito reparador das transferências de renda pelo agressor. Além disso, com essas formulações, as vítimas não teriam incentivo para tomar medidas de proteção, bem como a intervenção externa seria ineficiente porque o nível de violência é acordado mediante um benefício financeiro para a mulher, no momento em que o nível de violência supere a transferência de renda pela qual ela é aceitável, a mulher automaticamente encerraria o relacionamento.

### CAPITULO 3: CONCLUSÕES E ESTUDOS FUTUROS

Não existe um consenso sobre a violência de parceiro íntimo (Hidrobo et al. 2016) e isso não necessariamente precisa representar um problema. Encontramos achados bastante diversos na literatura sobre a violência conjugal. Estudos apontam que a redução da diferença salarial entre homens e mulheres causa redução da violência doméstica; outros estudos apontam que existe redução da violência contra a mulher quando há programas de transferência de renda; outros estudos ainda afirmam que quando a mulher tem um salário superior, a chance de ocorrência de violência intrafamiliar aumenta.

Uma das primeiras impressões obtidas através do contato inicial com a literatura disponível sobre a violência contra a mulher corroborava com a opinião de Sen (1992), de que existe um afastamento da economia das demais humanidades (Kerstenetzky, 2000), como sociologia, psicologia, antropologia, e, por isso, essas premissas e formulações econômicas a respeito da violência entre parceiros íntimos apresentam conclusões estranhas às observações da realidade. Logo essa primeira impressão se mostrou equivocada, conforme encontramos trabalhos prévios dos autores que modelaram os conflitos familiares, observando teorias de demais ciências humanas.

Apesar de haver conhecimento sobre o fenômeno, a tentativa de inúmeros trabalhos de economia de adequar o comportamento humano a uma noção de racionalidade tão restrita, quanto é a do *homo economicus*, para aspectos não-mercantis da vida social convergiu em modelos excessivamente simplificados, cujos resultados de suas aplicações são pouco compatíveis com a realidade observada nos casos de violência contra a mulher. No entanto, existem exceções, conforme visto por exemplo em Akerlof & Kranton (2000) e em Card & Dahl (2011), demonstrando que é possível fazer uma formulação consistente que adeque a teoria microeconômica existente ao estudo do fenômeno da violência doméstica, desde que partindo de premissas menos irrealistas.

Além disso, incorre-se em erro quando existe tentativa de formular a violência entre parceiro íntimo sem a diferenciação entre as diferentes culturas. Conforme visto, embora a violência contra a mulher seja um fenômeno amplamente difundido entre as sociedades, as motivações são muito diversas e que vão desde o extravasamento da frustração masculinas com

questões próprias, inconformidade do comportamento da mulher em relação ao ideário social, razões religiosas até subtração de bens da família da noiva, dentre muitas outras motivações.

Ainda decorrente da excessiva simplificação, outro problema que emerge é que os modelos tentaram encontrar uma fórmula única para a solução da violência intrafamiliar, mas essa tentativa tende a ser falha porque existe um universo de comportamentos e soluções dada a diversidade do comportamento humano e das possibilidades de interações entre esses comportamentos tão diferentes. As políticas públicas deveriam não optar por uma formulação ou outra, mas tentar abarcar o máximo dessas possibilidades de modo a contemplar uma redução factual dos índices de violência contra a mulher.

O papel de pesquisas e censos sobre a violência contra a mulher é essencial para derrubar mitos do senso comum sobre as relações intrafamiliares. Foi através dos achados dessas pesquisas que se observou que o fenômeno da violência doméstica é muito mais extenso do que se havia predito e serviram como motivação para uma série de pesquisas sobre o tema (Tauchen et al., 1991). Desta maneira, é mutuamente benéfico que as pesquisas populacionais estejam em consonância com as pesquisas científicas de modo que as primeiras fornecem dados para a elaboração de teorias enquanto que as segundas proveem valiosas conclusões que permitem aprimorar a metodologia utilizada para a obtenção de dados, tornando os resultados cada vez mais fidedignos a realidade.

Existe grande preocupação dos estudos em estabelecer correlações entre fatores considerados significativos, no entanto, para conseguir estabelecer correlações robustas e mesmo apresentar relações de causalidade, são utilizados exemplos extremos das variáveis, por exemplo, casos de violência que resultam em hospitalização. Mais uma vez, o que se observa é que a economia, embora tenha feito alguns avanços, ainda considera que a violência contra a mulher é um evento de exceção, quando na verdade estamos falando da regra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGARWAL, B. “Bargaining” and Gender Relations: Within and Beyond the Household. *Feminist Economics* 3 (1), p. 1-51, 1997
- AIZER, A. The Gender Wage Gap and Domestic Violence. *American Economic Review* 100, 1847–1859, 2010
- AKERLOF, G.A. KRANTON, R.E., Economics and Identity. *The Quarterly Journal of Economics*, 115 (3), p. 715-753, 2000
- ALDERMAN, H., CHIAPPORI, P.A., HADDAD, L., HONDDINOTT, J., KANBUR, R. Unitary versus collective Models of the Household: Is it time to shift the Burden of proof?, *The World Bank Research Observer*, 10 (1), p. 1-19, 1995
- ANDERBERG, D., RAINER, H., WADSWORTH, J., WILSON, T. Unemployment and domestic violence: Theory and evidence. *The Economic Journal* 126, IZA Discussion Paper No. 7515, 1947–1979, 2013.
- AUSTRALIA, Department of the Prime Minister and Cabinet Office of the Status of Women. National Committee on Violence against Women: Position Paper. Australian Government, 1991.
- BECKER, G.S. Accounting for Tastes, Harvard Unity Press, London, England, 424 pp., 1996.
- BECKER, G.S. Human Capital, Effort, and the Sexual Division of Labor. *Journal of Labor Economics*, 3, pp. S33-S58, 1985.
- BECKER, G.S. A Treatise on the Family – Enlarged Edition, Harvard Unity Press, London, England, 424 pp., 1981.
- BERG, N., Gigerenzer, G. As-if behavioral economics: Neoclassical Economics in Disguise? *History of Economic Ideas*, v. 18 (1), p. 131-165, 2010
- BERGMAN, B.R. Becker’s Theory of the Family: Preposterous Conclusions. *Feminist Economics*, v. 1 (1), p. 141-150, 1995

- BERGMAN, B.R. Women's Roles in the Economy: Teaching the Issues. *The Journal of Economic Education*, v. 18 (4), p. 393-407, 1987
- BERGMAN, B.R. The Economic Risk of Being a Housewife. *The American Economic Review*, v. 71 (2), p. 81-86, 1981
- BERGSTROM, T. A Survey of theories of the family. in. *Handbook of Population and Family Economics*, Elsevier Science B.V., p. 21-79, 1997
- BERK, R.A., NEWTON, P.J., BERK, S.F. What a Difference a Day Makes: An Empirical Study of the Impact of Shelters for Battered Women. *Journal of Marriage and the Family* 48 (3), p. 481-490, 1986
- BERTRAND, M., KAMENICA, E., PAN, J. Gender Identity and Relative Income within Households. *The Quarterly Journal of Economics* 130, p. 571–614. , 2015
- BHULLER, M., HAVNES, T., LEUVEN, E., MOGSTAD, M. Broadband Internet: An Information Superhighway to Sex Crime? *The Review of Economic Studies* 80, IZA discussion Paper 5675, 42, 2011.
- BJØRNHOLT, M. How to Make What Really Matters Count in Economic Decision-Making: Care, Domestic Violence, Gender-Responsive Budgeting, Macroeconomic Policies and Human Rights, in: Giorgino, V.M.B., Walsh, Z. (Eds.), *Co-Designing Economies in Transition*. Springer International Publishing, Cham, pp. 135–159, 2018.
- BLAY, E.A. 50 Anos de Feminismo. Argentina, Brasil, Chile. EDUSP, 1ª Edição, 352p., 2017
- BLOCH, F., RAO, V. Terror as a Bargaining Instrument: A Case Study of Dowry Violence in Rural India. *The American Economic Review* 92, 1029–1043, 2002.
- BOBONIS, G.J. The Impact of Conditional Cash Transfers on Marriage and Divorce. *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 59, No. 2, 2011.
- BOBONIS, G.J. GONZÁLEZ-BRENES, M., CASTRO, R. Public Transfers and Domestic Violence: The Roles of Private Information and Spousal Control. *American Economic Journal: Economic Policy*, v. 5(1), p. 179-205, 2013

BOWLUS, A.J., SEITZ, S. Domestic Violence, Employment, and Divorce. *International Economic Review*, 47, No. 4, pp. 1113-1149, 2006.

Brasil, Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988.

Brasil, Presidência da República. Femicídio. Lei nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015.

Brasil, Presidência da República. Lei Maria da Penha. Lei N.º 11.340, de 7 de Agosto de 2006. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006.

BUVINIC, M., MORRISSON, A., SHIFTER, M. La Violencia em América Latina y el Caribe: Um Marco de Referencia para la Acción et al., Banco Interamericano de Desarrollo, Washington D.C., pp.32, 1999.

BUVINIC, M. Un Balance de la Violencia en America Latina: los costos y las acciones para la prevención. *Pensamiento iberoamericano* 2, 37–54, 2008.

CARRELL, S.E., HOEKSTRA, M.L. Externalities in the Classroom: How Children Exposed to Domestic Violence Affect Everyone's Kids, *American Economic Journal: Applied Economics*, 2, 211-218, 2010.

CARD, D., DAHL, G.B. Family violence and football: The effect of unexpected emotional cues on violent behavior. *The Quarterly Journal of Economics* 126, 103–143, 2011.

CHIN, Y.-M. Male backlash, bargaining, or exposure reduction?: women's working status and physical spousal violence in India. *Journal of Population Economics* 25, p. 175–200. 2012.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO. Relatório Final. Senado Federal – Coordenação das Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito, 2013.

DAHLBERG, L.L., KRUG, E.G. Violência: um problema global de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 1163-1178, 2007.

DERIVIERE, L., Do economists need to rethink their approaches to modeling intimate partner violence? *Journal of economic issues* 42 (3), p. 583–606, 2008.



DUVVURY, N., CALLAN, A., CARNEY, P., RAGHAVENDRA, S. Intimate partner violence: Economic costs and implications for growth and development, The World Bank-Women's Voice, Agency, & Participation Research Series 2013 No.3 - Gender Equality & Development, 2013.

DWORKIN, A. Woman Hating. Penguin Group, New York, pp.218, 1974

ECHEVARRIA, C., MERLO, A. Gender Differences in Education in a Dynamic Household Bargaining Model, *International Economic Review*, v. 40 (2), p. 265- 286. 1999

ENGLAND, P. The separative self: Androcentric bias in neoclassical assumptions. In, Marianne A. Farker and Julie A. Nelson (eds), *Beyond economic man: Feminist theory and economics*, p. 37–53, 1993

ESWARAN, M., MALHOTRA, N., Domestic violence and women's autonomy in developing countries: theory and evidence, *Canadian Journal of Economics*, 44, 2011

FARMER, A., TIEFENTHALER, J. An Economic Analysis of Domestic Violence. *Review of Social Economy*, 3, 1997

FARMER, A., TIEFENTHALER, J. Domestic violence: the value of services as signals. *The American Economic Review* 86 (2) p.74–279, 1996

FOLBRE, N., NELSON, J.A. For love or money—or both? *Journal of Economic Perspectives* v. 14, p.123-140, 2000

FONTOURA, N., ARAÚJO, C. *Uso do tempo e gênero*. UERJ, Rio de Janeiro, 268 p., 2006

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e Invisível: A vitimização de Mulheres no Brasil*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo, 42p., 2017.

GARCIA, L.P., SILVA, G.D.M. *Mortalidade de Mulheres por Agressões no Brasil: Perfis e Estimativas Corrigidas (2011-2013)*. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) 2179, 2016

GARCÍA-MORENO, C., Zimmerman, C., Morris-Gehring, A., Heise, L., Amin, A., Abrahams, N., Montoya, O., Bhate-Deosthali, P., Kilonzo, N., Watts, C., Addressing violence against women: a call to action. *Violence Against Women and Girls*, 385, 1685 – 1695, 2015.

GRACIA, E., MERLO, J. Intimate partner violence against women and the Nordic paradox. *Social Science & Medicine* 157, 27–30, 2016.

GELLES, R.J., *Abused Wives: Why do they stay*, *Journal of Marriage and the Family*, vol. 38 (4), p. 659-668, 1976.

HEISE, L., PITANGUY, J., GERMAIN, A. Violence against women: the hidden health burden, *World Bank discussion papers 255*. The International Bank of Reconstruction and Development / The World Bank, Washington, D.C, 72p., 1994.

HIDROBO, M., PETERMAN, A., HEISE, L. The Effect of Cash, Vouchers, and Food Transfers on Intimate Partner Violence: Evidence from a Randomized Experiment in Northern Ecuador. *American Economic Journal: Applied Economics*, 8(3): 284–303, 2016.

HIDROBO, M., FERNALD, L. Cash transfers and domestic violence. *Journal of Health Economics* 32, p.304–319, 2013

Instituto de Pesquisa DataSenado. *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. Secretaria de Transparência, Senado Federal, Brasília, DF, 76p., 2017.

IPEA. SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social: Tolerância social à violência contra as mulheres, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, pp.39, 2014

KABBER, N. Violence against Women as ‘Relational’ Vulnerability: Engendering the Sustainable Human Development Agenda, UNDP, Human Development Report Office, 2014

KAHNEMAN, D. *Rápido e Devagar: Duas Formas de Pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012

KAHNEMAN, D. Maps of Bounded Rationality: Psychology for Behavioral. *Economics American economic review* v. 93, p. 1449–1475, 2003

KAHUI, S., KU, B., SNIVELY, S. Productivity gains from workplace protection of victims of domestic violence. Wellington: Public Service Association. 58p, 2014

KERSTENETZKY, C.L. Desigualdade e Pobreza: Lições de Sen. Revista Brasileira de Ciências Sociais , 15, pp. 113-122, 2000

LONG, S.K., Witte, D., Karr, P. Family violence: A microeconomic approach. Social Science Research, v.12, p. 363-392, 1983

LUNDBERG, S., POLLAK, R.A. Bargaining and distribution in marriage. Journal of economic perspectives, v. 10, p. 139–158, 1996

LUNDBERG, S.J., POLLAK, R.A., WALES, T.J. Do Husbands and Wives Pool Their Resources? Evidence from the United Kingdom Child Benefit. The Journal of Human Resources v. 32, p. 463-480. , 1997

MACHADO, M.R.A., MATSUDA, F.E., GIANNATTASIO, A.R.C., COUTO, M.C.G., TOZI, T.S., SILVA, M.L.C, PRYZBYLSKI, L.C., CHRYSSAFIDIS, L.C. A violência doméstica fatal: O problema do feminicídio íntimo no Brasil. Centro de Estudos sobre o sistema de justiça, 2012.

MACIEL, D.A. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da Lei Maria da Penha. Revista brasileira de ciências sociais 26, 97–112, 2011.

MELO, H.P., CASTILHO, M. Trabalho Reprodutivo no Brasil: Quem Faz? Revista de Economia Contemporânea 13, 135–158, 2009

MELO, H.P., SERRANO, F. A Mulher como objeto da Teoria Econômica, in Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres, Aguiar, N., Editora Rosa dos Ventos, 137-159, 1997.

MIALON, H.M., MIALON, S.H. Violence against women, social learning, and deterrence. Journal of Evolutionary Economics 16, 367–382, 2006.

MILL, S. The Subjection of Women. 1869

MORRISON, A., ELLSBERG, M., BOTT, S. Addressing Gender-Based Violence: A Critical Review of Interventions. Oxford University Press - International Bank for Reconstruction and Development, 2007

NATIONAL CENTER ON DOMESTIC VIOLENCE, Trauma and Mental Health. Current Evidence: Intimate partner violence, trauma-related mental health conditions & chronic illness, 2014.

NELSON, J.A. Feminism and economics. *Journal of Economic Perspectives* v. 9, p. 131–148, 1995

NELSON, J.A. Gender, Metaphor, and the Definition of Economics. *Economics and Philosophy* v. 8, p. 103-125, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Declaração Sobre A Eliminação Da Violência Contra As Mulheres, resolução 48/104, de 20 de Dezembro de 1993.

OTT, N. *Intrafamily Bargaining and Household Decisions*. Springer Berlin Heidelberg, Berlin, Heidelberg, 1992.

PITANGUY, J. Reconceptualizing Peace and Violence against Women: A Work in Progress. *Signs: Journal of Women in Culture and Society* v. 36, p. 561–566, 2011.

PINTO, A.S., DE MORAES, O.C.R., MANSO, F.V. *Dossiê Mulher 2017*. Instituto de Segurança Pública, Série Estudos 2, Rio de Janeiro, 2016.

POLLAK, R.A. An intergenerational model of domestic violence. *Journal of Population Economics* 17, 311–329, 2004

POLLAK, R.A, A Transaction Cost Approach to Families and Households. *Journal of Economic Literature*, Vol. 23 (2) p. 581-608, 1985

POSSAS, MS. Notas acerca da racionalidade econômica. *Economia e Sociedade*, v.5, p.181-87, 1995

SAFFIOTI, H.I.B., *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Editora Vozes, 384 p., 1976.

SAFFIOTI, H.I.B., A Violência de gênero no Brasil Atual, *Estudos Feministas*, p. 443-461, 1994

SAFFIOTI, H.I., 2001. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos pagu 115–136.

SAMUELSON, P.A. Social Indifference Curves, *The Quarterly Journal of Economics*, 70, 1, pp.1-22, 1956

SEN, A. A ideia de justiça. Companhia das Letras, São Paulo, 2009

SEN, A. Women's Agency and social change, in: *Development as Freedom*. Anchor, New York, pp. 189–203, 2000

SEN, A., *Comportamento Econômico e Sentimentos Morais*, Lua Nova, 25, 1992

SEN, A. *Gender and Cooperative Conflicts*. Wider Helsinki, 1987

SOIHET, R. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, p. 95–114, 1997.

TAUCHEN, H.V., WITTE, A.D., LONG, S.K. Domestic Violence: A Nonrandom Affair. *International Economic Review* 32, 491-511, 1991.

TAUCHEN, H.V., WITTE, A.D., LONG, S.K. Domestic violence: A non-random Affair. *NBER Working Paper Series*, No. 1665, 1985

TIEFENTHALER, J. The Sectoral Labor Supply of Married Couples in Brazil: Testing the Unitary Model of Household Behavior. *Journal of Population Economics*, v. 12 (4) p. 591-606, 1999

UNITED NATIONS, JOINT INTERNATIONAL LAW PROGRAM (Eds.). *Ending violence against women: from words to action – Study of the Secretary-General*. United Nations, New York, 2006.

WAISELFISZ, J.J. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil*. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Flacso Brasil, Brasília, DF, 2015.

WALBY, S. *The cost of domestic violence*, Women and Equality Unit, Department of Trade and Industry, 2004

WALBY, S., MYHILL, A. New Survey Methodologies in Researching Violence Against Women. *British Journal of Criminology* 41, 502–522, 2001.

WALBY, S., TOWERS, J. Untangling the concept of coercive control: Theorizing domestic violent crime. *Criminology & Criminal Justice*, 1-22, 2017.

WOLF, N. O Mito da Beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Editora Rocco, Rio de Janeiro, pp. 439, 1992.

WOOLLEY, F. Getting the better of Becker. *Feminist Economics* v. 2 (1), p.114–120. 1996

WOOLEY, F.R. The Feminist challenge to neoclassical economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 17 (4), p. 485-500, 1993,

WORLD HEALTH ORGANIZATION, INJURIES AND VIOLENCE PREVENTION DEPARTMENT. The economic dimensions of interpersonal violence. Department of Injuries and Violence Prevention, World Health Organization, Geneva, 56p., 2004.